

# COMISSÃO DE TURISMO

## PROJETO DE LEI Nº 4.860, DE 2024

Cria a Rota Turística do Cangaço, nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

**Autor:** Deputado FERNANDO MONTEIRO

**Relator:** Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR

### I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 4.860, de 2024, que cria a Rota Turística do Cangaço, voltada para os segmentos de turismo de lazer, ecoturismo, cultura e história.

A Rota tem como objetivo estimular o desenvolvimento das atividades turísticas nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, no Estado de Sergipe; de Piranhas e Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas; e de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.

A proposta também estabelece que integrarão a Rota Turística do Cangaço os municípios que vierem a ser criados em decorrência do desmembramento ou da fusão dos municípios relacionados. Dispõe, ainda, que a estruturação, a gestão e a promoção dos atrativos turísticos consubstanciados na Rota receberão apoio dos programas oficiais voltados para o fortalecimento da regionalização do turismo.

Justifica o ilustre Autor que a criação da Rota Turística do Cangaço contribuirá para o fortalecimento do turismo local, a valorização da cultura regional, a geração de empregos e a promoção do desenvolvimento econômico nas localidades mencionadas. Destaca-se, ainda, a importância histórica e cultural dos municípios incluídos, particularmente no contexto do



fenômeno do Cangaço e do legado de figuras emblemáticas como Lampião e Maria Bonita.

A proposição foi distribuída às Comissões de Turismo e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinário.

Em 02/04/25, recebemos a honrosa tarefa de relatar o PL 4.860, de 2024. Encerrado o prazo regimental, foi apresentada uma emenda, de autoria do ilustre Deputado Josias Gomes, propondo a inclusão do município de Paulo Afonso, no Estado da Bahia, e do próprio Estado da Bahia na composição da Rota.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe-nos, nesta Comissão de Turismo, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, inciso XIX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A criação da Rota Turística do Cangaço representa importante instrumento para a valorização da história nordestina e para o fortalecimento da identidade cultural do Brasil. A rota conecta localidades marcadas por eventos emblemáticos do ciclo do Cangaço, fenômeno que influenciou profundamente a cultura popular, a literatura de cordel, a música e o imaginário social da região.

Além disso, a Rota do Cangaço possui grande potencial turístico, pois combina atrações históricas, culturais e naturais, tais como trilhas ecológicas, paisagens do semiárido, cânions, o Rio São Francisco, museus temáticos e cidades históricas. A implementação da rota tende a impulsionar o turismo sustentável, fomentar a profissionalização de serviços turísticos e promover o desenvolvimento socioeconômico regional, com a geração de emprego e renda.

Em atenção à proposta constante da emenda apresentada nesta egrégia Comissão, consideramos necessária e oportuna a inclusão do



município de Paulo Afonso e de todo o Estado da Bahia no âmbito da Rota Turística do Cangaço. O município de Paulo Afonso destaca-se por suas belezas naturais, como os cânions do Rio São Francisco e a cachoeira que leva o nome da cidade, além de sua relevância histórica no contexto do cangaço, sendo a localidade que mais forneceu homens e mulheres ao grupo de Lampião. Sua inclusão enriquece o roteiro proposto e amplia as oportunidades turísticas da região.

O Estado da Bahia, por sua vez, possui forte ligação com a história do cangaço, não apenas pelo surgimento de grupos de cangaceiros em seu território, mas também pela relevância cultural, geográfica e simbólica que ostenta no contexto desse movimento histórico. Sua inclusão assegura a integração dos atrativos turísticos e reforça a amplitude histórica e cultural da iniciativa.

Propomos, ainda, a inclusão dos municípios de Paranatama e Floresta, no Estado de Pernambuco, e de Água Branca, no Estado de Alagoas. Os municípios pernambucanos possuem reconhecida ligação histórica com a trajetória do cangaço, além de apresentarem relevantes atrativos culturais e naturais. Água Branca, por seu turno, além da proximidade com outros municípios já contemplados, guarda patrimônio histórico ligado ao fenômeno do cangaço e manifesta importante vocação para o turismo.

Dessa maneira, entendemos que o substitutivo ora apresentado aprimora a proposta original, tornando a Rota Turística do Cangaço mais representativa, inclusiva e potencialmente mais eficaz no alcance de seus objetivos de preservação cultural e desenvolvimento regional.



Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.860, de 2024, e da Emenda apresentada, na forma do Substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR  
Relator

2025-5260



## COMISSÃO DE TURISMO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.860, DE 2024.

Cria a Rota Turística do Cangaço, nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Rota Turística do Cangaço, nos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia, voltada para os segmentos de turismo de lazer, ecoturismo, cultura e história.

Art. 2º A Rota Turística do Cangaço tem como objetivo estimular o desenvolvimento das atividades turísticas nos seguintes municípios:

I – Canindé do São Francisco e Poço Redondo, no Estado de Sergipe;

II – Piranhas, Delmiro Gouveia e Água Branca, no Estado de Alagoas;

III – Serra Talhada, Paranatama e Floresta, no Estado de Pernambuco;

IV – Paulo Afonso, no Estado da Bahia.

Parágrafo único. Integrarão ainda a Rota Turística do Cangaço os municípios que venham a ser criados em decorrência do desmembramento ou da fusão dos municípios referidos no caput deste artigo.

Art. 3º A estruturação, a gestão e a promoção dos atrativos turísticos da Rota Turística do Cangaço receberão o apoio dos programas oficiais destinados ao fortalecimento da regionalização do turismo.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR  
Relator

2025-5260



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255912363700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leur Lomanto Júnior

